

A profissão militar e o segundo assalto de Bolsonaro

Perpétua Almeida*

A ideia das Forças Armadas bancando um golpe de Estado em pleno Século 21 para arrebentar as urnas eletrônicas e ungir o presidente Jair Bolsonaro como ditador, é uma arma de propaganda e chantagem políticas que fere todas as instituições democráticas do Estado brasileiro, mas atinge primeiramente as próprias Forças Armadas. Sim, porque a possibilidade da obediência passiva, fora das linhas da Constituição, desmoraliza a ordem hierárquica e, colocando um chefe eventual acima da própria Constituição, rebaixa a guarnição militar de Estado à condição de guarda pretoriana. Bolsonaro é taxativo quando diz “o meu Exército”. Ele canta vitória sobre o passado – onde enquadrado como “mau militar” pelo general Ernesto Geisel – e antecipa arrogante triunfo no futuro próximo – pouco importa o resultado das eleições de 2022.

Bolsonaro foi afastado da vida militar em 1988, depois de confessar planos de um assalto a unidades militares do Rio de Janeiro, explodindo bombas para manifestar aos seus comandantes a insatisfação com os salários que recebia. Reformado, o capitão indisciplinado se refugiou na política. Foi Deputado Federal por 28 anos, passou por nada menos que 9 partidos políticos e, chegando à Presidência da República, radicaliza seu despreço pelas instituições democráticas. Ele desmerece o Poder Judiciário, atacando o Supremo Tribunal Federal. Deixa estar o Congresso Nacional, que na verdade manietta com o orçamento secreto e o fisiologismo público do Centrão. E, descaracterizando sua função de comandante-em-chefe das Forças Armadas, reaparece nos círculos militares como um espectro do terror juvenil dos quartéis cariocas dos anos 1980, penando para reverter tardiamente a abertura lenta e gradual que concorreu para a redemocratização do país.

Bolsonaro reencarna a antiga linha dura, corrente apegada a um militarismo arcaico e interventor que por lógica do tempo, da modernização e da visão de futuro, ficou suplantada. Assim, ameaça o legado de uma geração de oficiais superiores da Marinha, Exército e Aeronáutica, que deram às Forças Armadas brasileiras a face de uma instituição de Estado, ciente do seu papel constitucional. Não por acaso, desde a promulgação da Constituição de 1988, vivemos – ainda vivemos! – o mais longo período de paz, estabilidade política e democracia plena da história do Brasil.

A atual geração de comando e de oficiais tem como maior mérito, justamente o trabalho de consolidação das Forças Armadas como instituição de Estado, profissional e valorizada pela inteligência. Essa trajetória tem uma lógica de atuação responsável e estável. Essa coerência elevou a confiança e o respeito da sociedade na Marinha, Exército e Aeronáutica. A credibilidade dos militares nunca foi tão alta – isso até Bolsonaro aparecer fazendo da força militar o apelo da sua propaganda política e a arma da sua chantagem contra a democracia.

Bolsonaro confunde a opinião pública, passando a ideia de que pode ordenar o que quiser aos chefes militares. Isso não é verdade e, persistindo nessa

mentira interessada, o presidente comete crime de responsabilidade. Não é razoável acreditar que a maioria dos militares da ativa e da reserva deseje trocar todo resultado e mérito do trabalho profissional dos últimos 30 anos pela aventura bolsonarista que se anuncia.

Minha admiração às Forças Armadas e a compreensão do seu papel na vida nacional, cresceram no convívio respeitoso com os militares, especialmente quando fui presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, e depois como titular da SEPROD - Secretaria de Indústria de Defesa do Ministério da Defesa. Convivi com exemplos de profissionalismo e aprendi sobre a história militar brasileira.

No calor revolucionário da década de 1930, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro afirmava que “é preciso ter uma política do Exército, e não a política no Exército”. A frase resume importantes princípios doutrinários incorporados pelas nossas Forças Armadas no decorrer de um século. E mostra o desacerto histórico e moral que expressa a divisa “Meu Exército”, usada constantemente por Bolsonaro.

A Doutrina Góis Monteiro orientou o fim do envolvimento da caserna na política partidária e oligárquica da República Velha, sepultada pelos revolucionários de 1930. Desde então tornou-se um pilar conceitual para a afirmação da identidade das Forças Armadas como instituição de Estado e do seu papel para a defesa nacional e o desenvolvimento do país. Quanto mais clara sua missão, mais exige o distanciamento da política partidária e da identificação ideológica de qualquer governo.

Centenária, mas atualíssima, a doutrina Góis Monteiro reserva a dedicação dos militares aos grandes desafios nacionais. Como mulher da Amazônia, reconheço a fundamental contribuição dos brasileiros fardados na integração do território nacional. Sem os Pelotões de Fronteira nas florestas e nas cabeceiras dos rios de onde venho, a ausência do Estado Nacional seria completa. As desigualdades regionais seriam ainda maiores sem a marcha para o oeste encorajada pelo Marechal Rondon, pacifista, sertanista, patrono das comunicações e construtor da integração nacional.

Foi atuando como instituições de Estado que Marinha, Exército e Aeronáutica, ao longo do Século 20, mais contribuíram para o projeto nacional-desenvolvimentista que transformou o Brasil agrícola numa das maiores potências econômicas do mundo. Em grande medida, isso deveu-se ao sistema de ciência, tecnologia e inovação das Forças Armadas, base para o desenvolvimento da engenharia brasileira, ainda no período colonial, até iniciativas contemporâneas como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica ou do Programa Nuclear da Marinha.

As Forças Armadas devem ser profissionais para servir ao Estado em todos os governos, enquanto ativas e isentas para não se renderem a nenhum desvio partidário ou autoritário que acaso se apresentem.

Apresentei no Congresso Nacional, em 2021, a Proposta de Emenda à Constituição Número 21, que regula a ocupação de cargos políticos por militares da ativa, consagrando a ideia-força da Doutrina Góis Monteiro na Lei Maior, fortalecendo o caráter de Estado das Forças Armadas profissionais, isentas e apartidárias, ciosas da natureza democrática e civil dos governos, mediante eleições livres, universais e periódicas.

A PEC 21/21 propõe que oficiais militares da ativa tenham foco nas grandes questões nacionais e no serviço de Estado. E que devolvam armas e fardas, caso prefiram participar da atividade política partidária, seja pela militância, candidaturas ou ocupação de cargos governamentais – neste ponto se deve decidir sobre cargos técnicos de natureza civil para os quais se excepcionaliza a nomeação de militares com formação e expertise em setores estratégicos como a área Nuclear, sob a responsabilidade da Marinha; a Cibernética, encargo do Exército; e a Espacial, encargo da Força Aérea. E também para empresas do setor de Defesa, como Emgepron (Marinha), Imbel (Exército) e Embraer Defesa (FAB).

Lamentavelmente, o momento atual é pródigo em casos de rebaixamento político de oficiais militares comprometendo a história e a imagem das Forças Armadas, como o senhor Eduardo Pazuello exibindo suas três estrelas de general na desastrosa passagem pelo Ministério da Saúde. Que sejam exceções confirmando a regra dos bons exemplos militares pautados no respeito à hierarquia, à disciplina e à competência profissional.

Chamada de PEC da Democracia, a Proposta de Emenda à Constituição 21/2021 foi formalizada com 189 assinaturas de deputadas e deputados de todos os partidos e sua aprovação é esperada como um tributo da presente geração de lideranças civis e militares ao futuro de paz, união e prosperidade sonhado por todos os brasileiros, bem como à memória das gerações de patriotas que, desde Deodoro da Fonseca a Ulysses Guimarães, lutaram para construir a República democrática que nos foi entregue com a Constituição Cidadã de 1988.

Nasci numa família muito pobre, no interior do Acre, sou professora e não tenho dinheiro. Mas estou no quarto mandato na Câmara dos Deputados. Posso afirmar que não estaria aqui sem as urnas eletrônicas, que vieram garantir a integridade do voto dado e a correta apuração das eleições no Brasil. Elas, as urnas eletrônicas, vieram para aperfeiçoar a democracia brasileira, assim como a Armada Imperial modernizou-se na Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro evolui pela vocação democrática desde a proclamação da República e a Força Aérea Brasileira expressa a nossa capacidade de especialização profissional militar.

A conduta antidemocrática de Bolsonaro não é nova. Hoje ele tem poder, tange uma barulhenta horda de autômatos e faz o centrão rezar pela sua cartilha de fake news, mas vai fracassar no segundo assalto que acena intentar contra os comandos militares, como falharam seus planos explosivos nos anos 1980. A Constituição valerá e a democracia brasileira vai emergir, inclusive no seio das Forças Armadas.

*Deputada federal pelo PCdoB do Acre, cumpre o quarto mandato. É professora. Foi líder da bancada do PCdoB (2019) e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Ocupou a Secretaria de Indústria de Defesa do Ministério da Defesa no Governo Dilma Rousseff (2015/2016).